Gás Natural Açu Infraestrutura S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

KPDS 437792

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas **3**

Balanços patrimoniais **6**

Demonstrações dos resultados **7**

Demonstrações dos resultados abrangentes **8**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstrações dos fluxos de caixa **10**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas **11**

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Gás Natural Açu Infraestrutura S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gás Natural Açu Infraestrutura S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Gás Natural Açu Infraestrutura S.A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Fase pré-operacional da Controlada da Companhia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às Demonstrações Financeiras, que descreve que a controlada da Companhia está em fase pré-operacional e, consequentemente não tem gerado fluxo de caixa para suas

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

atividades e da Companhia. Portanto, os investimentos e os gastos incorridos pela Companhia e sua controlada estão sendo honrados por meio de suporte financeiro dos seus acionistas. As demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Gás Natural Açu Infraestrutura S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.828	1.151	55.255	1.411
Depósitos bancários vinculados	11	-	-	200	-
Contas a receber	20	3.659	-	407	-
Adiantamentos diversos		9	-	61	-
Impostos a recuperar	12	24	-	888	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	1	-	490	-
Despesas antecipadas	13	-	-	43.715	2.084
Outros valores a receber		-	-	2	-
Total do ativo circulante		**5.521**	**1.151**	**101.018**	**3.495**
Não circulante					
Despesas antecipadas	13	-	-	11.617	-
Impostos diferidos	14	-	-	7.019	-
Investimentos	15	588.016	12.320	-	-
Imobilizado	16	599	-	796.758	12.060
Intangível	17	-	-	30.813	30.000
Total do ativo não circulante		**588.615**	**12.320**	**846.207**	**42.060**
Total do ativo		**594.136**	**13.471**	**947.225**	**45.555**

		Controladora		Consolidado	
		2018	**2017**	**2018**	**2017**
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	18	170	-	8.759	1.461
Salários e encargos a pagar	19	1.043	-	5.133	-
Contas a pagar	20	2.212	-	19.604	623
Impostos e contribuições a recolher	21	63	-	2.497	-
Obrigações com terceiros	22	-	-	9.579	10.000
Total do passivo circulante		**3.488**	**-**	**45.572**	**12.084**
Não circulante					
Obrigações com terceiros	22	-	-	21.385	20.000
Total do passivo não circulante		**-**	**-**	**21.385**	**20.000**
Patrimônio líquido	23				
Capital social		302.854	322	302.854	322
Reservas de capital		302.855	13.200	302.855	13.200
Prejuízos acumulados		(15.061)	(51)	(15.061)	(51)
Total do patrimônio líquido aos acionistas controladores		**590.648**	**13.471**	**590.648**	**13.471**
Participação de acionistas não controladores		-	-	289.620	-
Total do patrimônio líquido		**590.648**	**13.471**	**880.268**	**13.471**
Total do passivo e patrimônio líquido		**594.136**	**13.471**	**947.225**	**45.555**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gás Natural Açu Infraestrutura S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(5.675)	-	(27.726)	-
Redução ao valor recuperável de ativos ("*Impairment*") e outras perdas	10	-	-	(6)	-
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		**(5.675)**	**-**	**(27.732)**	**-**
Resultado financeiro	25				
Receitas financeiras		95	-	3.208	-
Despesas financeiras		(268)	(51)	(2.017)	(51)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(9.162)	-	-	-
Resultado antes dos impostos		**(15.010)**	**(51)**	**(26.541)**	**(51)**
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	-	-	7.019	-
Prejuízo do exercício		**(15.010)**	**(51)**	**(19.522)**	**(51)**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(15.010)	(51)	(15.010)	(51)
Acionistas não controladores		-	-	(4.512)	-
Prejuízo do exercício		**(15.010)**	**(51)**	**(19.522)**	**(51)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gás Natural Açu Infraestrutura S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Prejuízo do exercício	(15.010)	(51)	(19.522)	(51)
Outros resultados abrangentes	-		-	-
Total do prejuízo abrangente do exercício	**(15.010)**	**(51)**	**(19.522)**	**(51)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gás Natural Açu Infraestrutura S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		Reserva de capital					
	Capital social	**Bônus de subscrição Siemens**	**Ágio na emissão de ações**	**Prejuízos acumulados**	**Total**	**Participação de acionista não controlador**	**Total do patrimônio líquido**
Constituição da Companhia em 2 de maio	**1**	**-**	**-**	**-**	**1**	**-**	**1**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(51)	**(51)**	-	**(51)**
Aumento de capital - transferência de ação da GNA	321	-	-	-	**321**	-	**321**
Bônus de subscrição - Siemens	-	13.200	-	-	**13.200**	-	**13.200**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**322**	**13.200**	**-**	**(51)**	**13.471**	**-**	**13.471**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(15.010)	**(15.010)**	(4.512)	**(19.522)**
Aumento de capital - Siemens	68.313	-	-	-	**68.313**	-	**68.313**
Aumento de capital - Controladora	234.219	-	-	-	**234.219**	-	**234.219**
Constituição de reserva de capital	-	-	289.655	-	**289.655**	-	**289.655**
Aporte de acionista não controlador na UTE GNA I	-	-	-	-	**-**	294.132	**294.132**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**302.854**	**13.200**	**289.655**	**(15.061)**	**590.648**	**289.620**	**880.268**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gás Natural Açu Infraestrutura S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos	(15.010)	(51)	(26.541)	(51)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	15	-	16	-
Variação monetária	-	-	1.385	-
Resultado de equivalência patrimonial	9.162	-	-	-
Resultado líquido ajustado	**(5.833)**	**(51)**	**(25.140)**	**(51)**
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:				
Impostos a recuperar	(25)	-	(1.378)	-
Despesas antecipadas	-	-	(53.248)	(2.084)
Adiantamentos diversos	(9)	-	(61)	-
Outros valores a receber	-	-	(2)	-
Depósitos bancários vinculados	-	-	(200)	-
Contas a receber	(3.659)	-	(407)	-
Fornecedores	170	-	7.298	1.461
Contas a pagar	2.212	-	18.981	623
Impostos e contribuições a recolher	63	-	2.497	-
Obrigações com terceiros	-	-	(421)	30.000
Salários e encargos a pagar	1.043	-	5.133	-
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	**(6.038)**	**(51)**	**(46.948)**	**29.949**
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(614)	-	(784.714)	(12.060)
Aquisição de bens do intangível	-	-	(813)	(30.000)
Aumento de capital em controlada	(286.298)	(12.320)	-	-
Reserva de capital em controlada	(298.560)	-	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(585.472)**	**(12.320)**	**(785.527)**	**(42.060)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital por acionista - controlador	234.219	322	302.532	322
Aumento de capital por acionista - não controlador	68.313	-	147.080	-
Reserva de capital - controlador	289.655	-	289.655	-
Reserva de capital - não controlador	-	13.200	147.052	13.200
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**592.187**	**13.522**	**886.319**	**13.522**
Aumento do caixa e equivalente de caixa	**677**	**1.151**	**53.844**	**1.411**
No início do exercício	1.151	-	1.411	-
No fim do exercício	1.828	1.151	55.255	1.411
Aumento do caixa e equivalente de caixa	**677**	**1.151**	**53.844**	**1.411**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Gás Natural Açu Infraestrutura S.A. (“GNA Infra” ou “Companhia”) foi constituída em 2 de maio de 2017 e em 21 de agosto de 2017 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Companhia que, passou de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado, alterando a razão social de Terminal de regaseificação do Açu Ltda. para Gás Natural Açu Infraestrutura Ltda. Possui como controladora direta a Gás Natural Açu S.A. (”Gás Natural”) e controladora indireta Prumo Logística S.A (“Prumo”). A GNA Infra possui investimento societário na UTE GNA I Geração de Energia S.A. (“GNA I”).

A Companhia e sua controlada tem como objetivo desenvolver a compra e venda de gás natural liquefeito (“GNL”), processamento, beneficiamento e tratamento de gás natural oriundo da produção offshore e de regaseificação de GNL, a geração, a transmissão e a comercialização de energia e capacidade elétrica e a intermediação na compra e venda de energia e capacidade elétrica.

Em 15 de dezembro de 2017, através do livro de transferência de ações nominativas da GNA I, a acionista Gás Natural transferiu 320.990 ações e a acionista Prumo transferiu 10 ações para GNA Infra.

Em 16 de junho de 2017, a Gás Natural assinou contrato com a Termelétrica Novo Tempo S.A. ("UTE Novo Tempo"), sociedade vencedora do Leilão de Energia Nova A-5 de 2014 (Leilão nº 06/2014 - ANEEL), visando à transferência da autorização emitida pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 210 de 14 de maio de 2015 para a construção e operação de uma termelétrica de 1.238 MW ("Autorização") para a GNA I. O contrato prevê a transferência dos 37 Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) celebrados com companhias distribuidoras de energia.

Em 19 de dezembro de 2017, a resolução autorizativa nº 6.769 da ANEEL transferiu o direito de exploração da Usina Termelétrica (UTE) Novo Tempo para a UTE GNA I. O prazo da concessão passou a ser de 23 anos, com início da operação em 2021.

O Projeto da UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("UTE GNA I") visa a construção de uma termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.300 MW que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo, em relação aos seus contratos de comercialização de energia; de um projeto de terminal de Regaseificação de GNL ("Terminal de Regaseificação"), com capacidade para importar gás natural para o Projeto UTE GNA I e futuras usinas de energia e outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açu, além de fazer parte do desenvolvimento do chamado “Açu Gas Hub”, localizado estrategicamente no nordeste do estado do Rio de Janeiro, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos.

Em 13 de agosto de 2017, a controladora direta Gás Natural assinou um acordo de investimento com a Siemens, sendo Prumo Logística garantidora e GNA Infra parte interveniente para viabilização desse projeto.

O Contrato de Investimento, sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes, estabelece que a Siemens deverá subscrever novas ações emitidas pela GNA Infra, no valor de US$21.000, representando 33% do seu capital social ("Contribuição Inicial"). Após a Contribuição Inicial, o capital social da GNA Infra será composto por 67% das ações detidas pela Gás Natural e 33% das ações detidas pela Siemens. A Siemens terá certos direitos de governança, como a nomeação de um membro para o Conselho de Administração da GNA Infra.

O acordo estabelece outras condições precedentes, como aprovações regulatórias relevantes, a execução de um acordo de acionistas entre a Gás Natural e a Siemens, a aprovação dos Planos de Negócios para o desenvolvimento da GNA I e do Terminal de Regaseificação, a execução do contrato de EPC (Engenharia, Contratação e Construção), a execução do LTSA (contrato de serviços de longo prazo), constituído por serviços de manutenção e fornecimento de peças sobressalentes para garantir o desempenho e a disponibilidade da usina termelétrica, e a execução de um contrato de O & M (operação e manutenção).

Em 22 de dezembro de 2017, a Gás Natural e a BP Global Investments Limited (“BP”) celebraram o acordo de investimento que estabelece:

(i) Os termos e condições para a aquisição, pela BP, de 30% do capital da Gás Natural, por meio da subscrição de novas ações no valor de US$7.500 que acontecerá no decorrer do exercício de 2018;

(ii) As regras para investimento, pela Prumo e BP, na GNA I, através da GNA Infra, assim como o compromisso de capital necessário para este investimento, proporcional às suas participações societárias na Gás Natural, observando o limite de US$79.200 de investimento de capital pela BP no capex de construção do projeto;

(iii) As regras da sociedade e potenciais investimentos pela BP, em futuros projetos a serem desenvolvidos pela Gás Natural ou por suas subsidiárias;

Acordo BP

Em 4 de maio de 2018, a Prumo e a BP celebraram um Acordo de Acionistas no qual a BP ratificou o compromisso de investir até US$79.200 mil para desenvolvimento pela GNA I, subsidiária da Gás Natural, de uma termelétrica de 1.298 MW. Nos termos do Acordo de Acionistas, a BP terá direito de indicar até dois membros para o Conselho de Administração da Gás natural, um membro para o Conselho de Administração da GNA I, indiretamente através da GNA Infra, assim como o Diretor de *Compliance* da Gás Natural.

Acordo Siemens

Em 4 de maio de 2018, foram celebrados (i) o Acordo de Acionistas da GNA Infra entre a Gás Natural e a Siemens Energy Inc., pelo qual foi estabelecido o direito da Siemens Energy Inc.de nomear dois membros para o Conselho de Administração da GNA Infra; e (ii) o Acordo de Acionistas da GNA I entre a GNA Infra e a Dresser-Rand Participações Ltda., subsidiária integral da Siemens (“Siemens”). Além da confirmação do compromisso de investimento da Siemens para desenvolvimento da termelétrica de 1.298 MW pela GNA I, o Acordo de Acionistas estabelece, dentre outros, o direito de a Siemens nomear até dois membros para o Conselho de Administração da GNA I, bem como o seu Diretor Financeiro.

Licenças e autorizações

A Companhia possui licenças ambientais preliminares para até 1,3 GW em termelétrica em ciclo combinado.

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
GNA I	A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL transfere a autorização de exploração de energia da Termelétrica Novo tempo para UTE GNA.	Resolução autorizativa nº 6.769	19/12/2017	19/12/2040
	Licença para implantação da UTE Novo Tempo GNA II, a gás natural, com capacidade instalada de 1.298,963MW, em ciclo combinado, e linha de transmissão de 1,6km, com supressão em área de 1,1407 hectares e realizar captura, transporte, resgate e monitoramento de fauna silvestre.	LI nº IN044379	09/03/2018	09/03/2023
GNA I	Licença para terraplanagem; canteiro de obra; e implantação do terminal portuário de regaseificação de GNL, no Molhe Norte do terminal 2 do Porto do Açu , e de estruturas de apoio (gasoduto, adutora, duto de efluente e emissário submarino) para realização das atividades de recebimento, armazenamento, regaseificação e expedição de gás natural.	LI nº IN047687	18/12/2018	18/12/2020
GNA I	Licença para instalação da UTE GNA I Geração de Energia S.A., a gás natural, com capacidade instalada de 1.298.968MW, em ciclo combinado, e linha de transmissão de 1,6KM, contemplando as alterações de layout, de infraestrutura auxiliar (utilidades, tratamento de água, prédios administrativos, oficina contêineres, sala de estocagem e laboratório) e da infraestrutura temporária para implantação (canteiros de obras), supressão de vegetação de restinga em área de 1,4907 hectare e realizar captura, transporte, resgate e monitoramento de fauna silvestre.	LI nº IN04056	14/082018	09/03/2023
GNA I	Licença prévia e de instalação aprovando a concepção localização, e implantação de canteiro de obras temporário e área aproximada mente 65.000m², contemplando a supressão de 277 indivíduos arbóreos nativos isolados em área de 5,89ha de pasto e de 0,06ha de cercas vivas de espécie exótica Euphorbia tirucalli (gaiolinha) e agrupamnetos de espécie exótica Syzygium cumini (jamelão).	LPI nº IN047115	12/11/2018	12/11/2023

a. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia obterá recursos financeiros suficientes para gerar fluxo de caixa futuro.

A Companhia reconheceu um prejuízo de R$ 15.010 e R$ 19.522 (controladora e consolidado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R$ 51 em 31 de dezembro de 2017) e, nessa data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R$ 2.033 e R$ 55.446 (controladora e consolidado). A Administração não reconhece a incerteza sobre a capacidade futura de geração de fluxo de caixa operacional considerando:

- Aumento de capital realizado de R$ 302.532, veja nota explicativa 23.a ;
- Fluxo de caixa operacional futuro, com base no plano de negócios revisado por consultoria especializada periodicamente; e
- Em 20 de dezembro de 2018, a controlada GNA I assinou um contrato de financiamento com o BNDES e KFW IPEX-Bank no valor de R$ 1,76 bilhões, que serão utilizados na implantação da UTE GNA I, na construção do terminal GNL, bem como de uma subestação e uma linha de transmissão. A expectativa de liberaçao do empréstimo é para o segundo trimestre de 2019.

2 Empresas do grupo

		Participação acionária	
Controlada direta	**País**	**2018**	**2017**
UTE GNA I Geração de Energia S.A. (GNA I)	Brasil	67,00%	100,00%

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 22 de março de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem a avaliação de vida útil do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados, intangíveis, a avaliação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos, instrumentos financeiros, dentre outros. A liquidação futura das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Na preparação destas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as políticas contábeis adotadas são uniformes àquelas utilizadas quando da preparação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto pelas novas políticas contábeis relacionadas com a adoção da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

7 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018.

Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018. As novas normas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da CompanhiaDevido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as
informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de ativos.

O efeito de aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente às perdas por redução ao valor recuperável reconhecida de ativos.

a. CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

O CPC 47/IFRS 15 não teve impacto nas políticas contábeis da Companhia com relação a fontes de receita, visto que a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e não há ainda reconhecimento de receita.

b. CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, A Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26/ IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado.

Anteriormente, a abordagem da Companhia era incluir a redução ao valor recuperável em outras despesas. As perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros são apresentadas na rubrica de “Redução ao valor recuperável de ativos”, separadamente na demonstração do resultado.

8 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão a seguir:

8.1 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e Mensuração Inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e Mensuração Subsequente

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR (Valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

  Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

  As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018
Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros financeiros a Custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iv) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

8.2 Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

8.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

8.4 Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidencia objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;

- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos.

8.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, calculada pela taxa de depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

8.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

8.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

8.8 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

8.9 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

8.10 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS 16 tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial.

a. CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque as novas politicas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo, itens de baixo valor e arrendamentos cujo ativo não seja identificado em contrato ou após inicio do contrato. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 (CPC 06) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

b. Outras Normas não efetivas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).

- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

10 Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Caixa e bancos	52	2	134	262
Aplicações financeiras				
Operações compromissadas	-	1.149	-	1.149
CDB's (a)	1.776	-	55.127	-
	1.776	**1.149**	**55.127**	**1.149**
	1.828	**1.151**	**55.261**	**1.411**
Provisão de perda esperada (b)	-	-	(6)	-
Total	**1.828**	**1.151**	**55.255**	**1.411**

(a) O saldo de caixa e equiaventes de caixa em 31 de dezembro de 2018 é composto por conta corrente e aplicações financeiras sendo a mais representativa uma aplicação emCDB no Santander, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) As perdas financeiras estimadas foram calculadas com base nas taxas de perda de um estudo de *Corporate Default* publicado pela S&P em 13 de abril de 2017, referente a 15 anos de dados coletados pela mesma sobre o risco de *default* de empresas em cada nível de *rating*.

O caixa e equivalentes de caixa são detidos com contrapartes bancárias e financeiras, que foram agrupados em 5 níveis, separados entre AAA e BB de acordo com seu *rating* na Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's. Conforme apresentado na tabela abaixo, as contrapartes em que a companhia possui saldos em aberto em 31 de dezembro de 2018 são classificadas em AAA, com base na média de suas classificações nas empresas de *rating* listadas acima.

A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco.

Em milhares de Reais

Nível de Risco	**Rating**	**Saldo Bruto**	**Taxa de perda (1)**	**Provisão de Perda**
Nível 1	AAA	55	0,01%	6

Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 13/04/17

11 Depósitos bancários vinculados

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta de depósitos bancários é de R$200, referente à caução de garantia do instrumento convocatório nº 3/2018 do anúncio público, referente à construção e exploração de instalação portuária na região do município de São João da Barra pela Antaq.

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	25	-	635	-
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	-	-	490	-
PIS / COFINS sobre importação	-	-	253	-
Total	**25**	**-**	**1.378**	**-**

13 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Prêmio de seguros (a)	-	-	21.459	1.461
Custo de transação (b)	-	-	33.873	623
Total	**-**	**-**	**55.332**	**2.084**
Circulante	-	-	43.715	2.084
Não circulante	-	-	11.617	-
Total	**-**	**-**	**55.332**	**2.084**

(a) Prêmios de seguros: riscos de engenharia, responsabilidade civil, transportes e fiança.

(b) Custo de transação para obtenção de financiamentos da térmica e terminal de Regaseificação de GNL, ambos projetos mencionados na Nota Explicativa 1. Os montantes são apresentados no ativo circulante e não circulante até que ocorra a captação efetiva dos recursos de financiamentos, onde serão então, a partir desse momento, reclassificados para o passivo, como contas redutoras do saldo passivo dos empréstimos.

14 Impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Prejuízo contábil antes do impostos	**(15.010)**	**(51)**	**(26.541)**	**(51)**
Alíquota imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferido (base x alíquota)	**5.103**	**17**	**9.024**	**17**
Provisão para PLR	37	-	777	-
Provisão para perdas estimadas	479	-	481	-
Despesas pré-operacionais	-	-	6.277	-
Equivalência patrimonial	(3.115)	-	(3.115)	-
Créditos fiscais sobre prejuízo fiscal não reconhecido	2.599	-	2.599	-
Total do Imposto de renda e contribuição social diferido	**-**	**-**	**7.019**	**-**
Alíquota efetiva	**0%**	**0%**	**26%**	**0%**
Corrente	-	-	-	-
Diferido	-	-	7.019	-

Os tributos diferidos ativos não reconhecidos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no entanto, a Companhia só pode compensar até 30% do lucro tributável do exercício.

Estudos técnicos de viabilidade indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma iniciará as operações em 2021.

15 Investimentos

a. Participações societárias

	2018								
Investida direta	**% de participação**	**Quantidade ações / quotas (mil)**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Capital social**	**AFAC**	**Reserva de capital**	**Prejuízo acumulado**
UTE GNA I	67%	445.698	944.474	66.838	877.636	445.698	-	445.612	(13.674)

	2017								
Investida direta	**% de participação**	**Quantidade ações / quotas (mil)**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Capital social**	**AFAC**	**Reserva de capital**	**Prejuízo acumulado**
UTE GNA I	100%	1	44.404	32.084	12.320	1	12.320	-	(1)

b. Movimentações

Investida direta	**2017**	**Aumento de capital**	**AFAC**	**Reserva de capital**	**Equivalência patrimonial**	**2018**
UTE GNA I	12.320	286.298	-	298.560	(9.162)	588.016

16 Imobilizado

a. Composição de saldos

		Controladora			
	Taxa anual de depreciação %	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido 2018**	**Líquido 2017**
Gastos de desenvolvimento de projetos		396	-	396	-
Equipamentos de TI	20%	218	(15)	203	-
		614	**(15)**	**599**	**-**

		Consolidado			
	Taxa anual de depreciação %	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido 2018**	**Líquido 2017**
Adiantamentos para formação de imobilizado	-	278.493	-	278.493	8.138
Obras em andamento e equipamentos em construção	-	517.495	-	517.495	3.922
Gastos de desenvolvimento de projetos	-	396	-	396	-
Equipamentos de informática	20%	278	(15)	263	-
Móveis e Utensílios	10%	112	(1)	111	-
		796.774	**(16)**	**796.758**	**12.060**

b. Movimentação do custo

	Controladora					
	2017	**Movimentação**				**2018**
	Custo	**Adições**	**Depreciação acumulada**	**Baixas**	**Transferências (*)**	**Custo**
Custo						
Gastos de desenvolvimento de projetos	-	396	-	-	-	396
Equipamentos de informática	-	218	(15)	-	-	203
	-	**614**	**(15)**	**-**	**-**	**599**

	Consolidado					
	2017	**Movimentação**				**2018**
	Custo	**Adições**	**Depreciação acumulada**	**Baixas**	**Transferências (*)**	**Custo**
Custo						
Adiantamentos para formação de imobilizado (*)	8.138	327.177	-	-	(56.822)	278.493
Obras em andamento e equipamentos em construção (**)	3.922	456.751	-	-	56.822	517.495
Gastos de desenvolvimento de projetos	-	396	-	-	-	396
Equipamentos de informática	-	278	(15)	-	-	263
Móveis e utensílios	-	112	(1)	-	-	111
	12.060	**784.714**	**(16)**	**-**	**-**	**796.758**

	Consolidado					
	2016	**Movimentação**				**2017**
	Custo	**Adições**	**Depreciação acumulada**	**Baixas**	**Transferências (*)**	**Custo**
Custo						
Adiantamentos para formação de imobilizado (*)	-	8.138	-	-	-	8.138
Obras em andamento e equipamentos em construção (**)	-	3.922	-	-	-	3.922
	-	**12.060**	**-**	**-**	**-**	**12.060**

(*) Adiantamento para formação de imobilizado: O saldo de adiantamentos em 31 de dezembro de 2018 é composto por adiantamentos feitos a fornecedores para entrega de equipamentos.

(**) Obras em andamento e equipamentos em construção: O saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2018 é composto por custos iniciais de obra da termelétrica.

17 Intangível

		Consolidado	
	Vida útil	**2018**	**2017**
Direito de comercialização de energia (*)	23 anos	30.000	30.000
Licenças de software	5 anos	813	-
Total		**30.813**	**30.000**

(*) Em 19 de dezembro de 2017 através da resolução autorizativa nº 6.769 a ANEEL transfere o direito de comercialização de energia, conforme mencionado na nota explicativa nº 01 - Contexto Operacional.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Fornecedores nacionais	170	-	7.457	1.461
Fornecedores estrangeiros	-	-	1.302	-
Total	**170**	**-**	**8.759**	**1.461**

19 Salários e encargos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Gratificações a pagar	778	-	3.350	-
Férias	27	-	539	-
Encargos sobre férias	15	-	315	-
INSS	210	-	801	-
FGTS	5	-	116	-
Seguros	8	-	11	-
Contribuição sindical	-	-	1	-
Total	**1.043**	**-**	**5.133**	**-**

20 Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do

período, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Ativo:				
Despesas a recuperar				
GNA HoldCo (a)	188	-	188	623
UTE GNA 1	3.252	-	-	-
UTE GNA 2	219	-	219	-
Imobilizado				
GNA HoldCo	-	-	9.065	-
Total do ativo	**3.659**	**-**	**9.472**	**623**
Passivo:				
Contas a pagar				
GNA HoldCo	1.639	-	18.810	-
UTE GNA 1	118	-	-	-
Prumo Logística S.A	211	-	385	-
Porto do Açu Operações S.A	244	-	409	-
Lakeshore	-	-	-	-
Total	**2.212**	**-**	**19.604**	**-**
Resultado:				
Custos compartilhados				
GNA HoldCo	(1.102)	-	(6.530)	-
UTE GNA 1	2.290	-	-	-
Prumo Logística S.A	(211)	-	(1.781)	-
Porto do Açu Operações S.A	(244)	-	(719)	-
Total	**733**	**-**	**(9.030)**	**-**

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Diretores				
Pró-labore	(874)	-	(1.332)	-
Bônus	(1.057)	-	(1.076)	-
Benefícios e Encargos	(264)	-	(403)	-
Repasse de custo entre empresas (a)	282	-	(1.156)	-
Total	**(1.913)**	**-**	**(3.967)**	**-**

(a) São valores relacionados aos gastos com diretoria na empresa Gás Natural e que foram repassadas para a Companhia. E valores que foram gastos pela Companhia e que foram repassadas para UTE GNA I.

21 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Imposto sobre serviço ("ISS")	-	-	194	-
INSS terceiros	-	-	7	-
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços ("ICMS")	-	-	115	-
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	59	-	865	-
PIS/COFINS a recolher	-	-	18	-
PIS/COFINS/ CSLL - Retenção	4	-	1.298	-
Total	**63**	**-**	**2.497**	**-**

22 Obrigações com terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
TCCA - Termo de compromisso ambiental (a)	-	-	9.579	-
Bolognesi Energia (b)	-	-	21.385	30.000
Total	**-**	**-**	**30.964**	**30.000**
Circulante	-	-	9.579	10.000
Não circulante	-	-	21.385	20.000

(a) Termo de compromisso de compensação ambiental

Este termo tem como objetivo estabelecer a compensação ambiental, prevista no artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, que instituiu um valor de R$ 28.736, a ser pago mensalmente, em 12 parcelas iguais no valor de R$ 2.395.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia já efetuou o pagamento de 7 parcelas, ficando 4 em aberto, que totalizam o valor de R$ 9.579.

(b) No contrato os valores a serem pagos estão divididos em parcelas fixas, já provisionadas no valor de R$30.000, que deverão ser corrigidas, anualmente pelo IPCA até a data do efetivo pagamento e parcelas variáveis que serão reconhecidas no início da operação, serão pagas anualmente, no primeiro dia útil do mês de abril, com base nos demonstrativos financeiros auditados do ano anterior, com parcelas equivalentes a 3% calculado sobre o fluxo de caixa livre do acionista, definido por:

- = EBITDA
- (+/-) variação do capital de giro;
- (-) IR/CSSL pagos;
- (-) despesas financeiras;
- (+) receita financeira das contas reversas (*);
- (-) investimento em manutenção;
- (-) amortização de financiamentos;

- (+) desembolsos de financiamentos
- (+/-) variação de contas reservas(*)

Caso as contas reservas sejam preenchidas com geração de caixa operacional, serão desconsideradas da fórmula acima a variação da conta reserva e a receita financeira correspondente.

O não pagamento de qualquer dos valores previstos nesse contrato, acarretará na incidência de correção monetária pela variação do CDI, até a data do efetivo pagamento, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, bem como multa moratória 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor.

23 Patrimônio líquido

	2018		2017	
Acionistas	**Quantidade de ações ordinárias (mil)**	**% participação**	**Quantidade de ações ordinárias (mil)**	**% participação**
Gás Natural Açu	4.783	90,66%	322	100,00%
Siemens	493	9,34%	-	-
Total	**5.276**	**100,00%**	**322**	**100,00%**

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R$302.854, representado por 5.276 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$322 em 31 de dezembro de 2017).

b. Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2018, foi constituída e Reserva de Capital, onde a controladora Gás Natural Açu aportou o montante de R$ 289.655. Em 2017 houve o prêmio de subscrição da Siemens no montante R$ 13.200.

c. Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou prejuízo não havendo distribuição de dividendos.

24 Despesa gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Compartilhamento de custos (a)	733	-	(9.030)	-
Pessoal	(5.934)	-	(13.128)	-
Honorários advocatícios	(24)	-	(3.092)	-
Consultoria	(81)	-	(958)	-
Impostos e taxas	(1)	-	(403)	-
Tecnologia da informação	(78)	-	(319)	-
Auditoria	(124)	-	(326)	-

Alugueis	(25)	-	(84)	-
Depreciação/Amortização	(15)	-	(16)	-
Outros	(126)	-	(370)	-
Total	**(5.675)**	**-**	**(27.726)**	**-**

(a) São valores relacionados a despesas gerais e administrativas nas empresas Gás Natural e que foram repassadas para a Companhia. E também valores que foram reconhecidos na Companhia e recobradas a UTE GNA I, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Pessoal	1.357	-	(6.496)	-
Consultoria	(611)	-	(2.439)	-
Outros	(13)	-	(95)	-
Total	**733**		**(9.030)**	

25 Resultado financeiro

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o resultado financeiro é apresentado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(2)	-	(5)	-
Comissões e corretagens	(1)	-	(24)	-
IOF	(261)	(51)	(309)	(51)
Juros e multas	(2)	-	(289)	-
Variação monetária – IPCA	-	-	(1.385)	
Variação cambial	(2)	-	(5)	-
	(268)	**(51)**	**(2.017)**	**(51)**
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	95	-	3.208	-
	95	**-**	**3.208**	**-**
Resultado financeiro líquido	**(173)**	**(51)**	**1.191**	**(51)**

26 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

26.1 Gerenciamento de risco

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(a) Risco de Mercado

(b) Risco de Liquidez

(c) Risco de Crédito

O gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam seu papel e obrigação.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

a. Risco de Mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preço e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possui exposição significativa referente a risco de mercado

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

b. Risco de Liquidez

É o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Passivos financeiros	**Até 6 meses**	**De 6 a 12 meses**	**De 1 a 2 anos**	**De 2 a 5 anos**	**Mais que 5 anos**	**Juros a transcorrer**	**2018**
Fornecedores	8.759	-	-	-	-	-	8.759
Contas a pagar	19.604	-	-	-	-	-	19.604
Obrigações com terceiros	9.579	-	5.275	16.110	-	(849)	30.115
Total	**37.942**	**-**	**5.275**	**16.110**	**-**	**(849)**	**58.478**

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha um total de aplicação de curto prazo de R$ 55.127.

c. Risco de Crédito

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia mitiga os riscos através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pela agência de rating para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as coberturas de seguros são as seguintes:

	Consolidado	
	2018	**2017**
Danos Materiais (Riscos de Engenharia)	3.466.479	2.762.453
Responsabilidade Civil e Danos Ambientais	82.578	-
Lucros Cessantes Esperados	4.641.960	1.449.121
Transporte de Equipamentos Importados	1.459.447	-

28 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou compromissos assumidos de compras futuras no valor de R$1.215 e R$ 2.266.210 no consolidado (R$1.216 na controladora e R$ 2.331.327 no consolidado em 31 de dezembro de 2017), que deverão ser cumpridos no decorrer das obras da Termelétrica.

29 Eventos subsequentes

a) Aumento de capital e reserva de capital

Através da AGE de 15 de março de 2019, a Gás Natural Açu Infraestrutura subscreveu 1.438 novas ações com preço unitário por ação de R$ 138.565,92 que totalizou o montante de R$ 99.628 para capital social e R$ 99.628 para a reserva de capital.